

A adequação do conceito de Educação a Distância e suas potencialidades nas escolhas didáticas para a Educação Básica no contexto do distanciamento social proposto durante a Pandemia de COVID-19 em 2020.

Júlio Augusto Farias¹

(julio.farias@colegiomagister.com.br)

Katia Martinho Rabelo²

(katia.rabelo@colegiomagister.com.br)

A motivação para a escrita deste breve ensaio é a avaliação da implantação da Aprendizagem Remota para os alunos da Educação Básica e do Teletrabalho para os docentes do **Colégio Magister** e destina-se, fundamentalmente, a justificar as escolhas didático-pedagógicas da instituição, informando e esclarecendo a comunidade educacional por meio de referências teóricas fundamentais e de indicadores coletados junto a essa mesma comunidade. Não menos importante, o trabalho busca também fomentar o diálogo nos meios social e educacional, ampliando os campos de análise de professores e gestores educacionais.

Diante da finalidade do texto, pedimos paciência aos leitores por sua extensão. Ela se justifica pela complexidade da discussão e do atual contexto. Esperamos que, ao final, todos sejamos capazes de acrescentar elementos às nossas convicções e possamos, coletivamente, discutir novas possibilidades de ação visto termos o mesmo objetivo: a melhor aprendizagem possível para os estudantes!

O contexto da EAD no momento de distanciamento social

Em franco crescimento no Brasil e no mundo, sobretudo com a naturalização da informação em redes virtuais, a Educação a Distância - EAD traz junto à sua maior disseminação uma relativa descrença, por parte de alunos e mesmo professores, em relação a sua eficácia. A ruptura com o modelo transmissivo de aula e a existência de

¹ Gestor escolar no Colégio Magister, atuando como Coordenador Pedagógico do 9º ano e Ensino Médio; Pós-graduando em Especialização da Gestão da EAD - UFSCar; Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública - UFJF; Especialista em Gestão do Processo pedagógico - UERJ; Especialista em Avaliação Educacional - UERJ; Licenciado e Bacharel em História - FFLCH-USP.

² Diretora Pedagógica do Colégio Magister; Mestre e Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC-SP; Bacharel em Administração de Empresas e Especialista em Gestão e Recursos Humanos pelo Centro Universitário FMU-SP.

diversos cursos em EAD para Ensino Superior ou Pós-graduação com baixa exigência acadêmica (como presenciais também, mas não são o nosso foco), são dois dos fatores que justificam essa visão. Esse modelo de ensino seria, então, mais fácil e menos exigente.

Devemos cuidar de contradizer o senso comum a respeito do tema, considerando a existência de cursos em EAD de altíssimo padrão e exigência (por isso com alto investimento, em tempo e capital, necessário pelos alunos) em institutos nacionais e internacionais, bem como a adoção da Educação Híbrida, que se pauta pela ação presencial e pelo uso integrado de plataformas digitais de conteúdo e informação, nesse segundo caso tanto no ambiente universitário quanto escolar.

A impressão de falta de qualidade se dá pelo equívoco em se comparar as modalidades EAD e presencial de aprendizagem. Ambas têm dinâmicas, práticas, ritos e ritmos muito distintos e não podem ser comparadas em seus métodos, mas apenas em seu objetivo: entregar aprendizagem significativa e efetiva. Apesar de citar o risco de comparações, faremos uma analogia entre a alopatia e a homeopatia na medicina. Ambas visam o bem estar final do paciente, mas com métodos, tempos e recursos diferentes. Em geral fazemos uma escolha entre diferentes modalidades.

Em nosso atual cenário de afastamento social e determinação oficial de que não haja presença física nas escolas, não nos foi permitida escolha. Se quisermos a continuidade do processo de ensino aprendizagem, a garantia da função social da escola e o direito dos estudantes ao acesso a cultura, a oferta digital passa a ser nossa possibilidade. Todavia, imaginar que seria possível a simples transposição do modelo presencial de aprendizagem para dentro da casa de cada aluno, por meio da interação “ao vivo”, é simplista e muito arriscado.

Explicamos: é a forma mais rápida e prática. Basta que seja garantida uma conexão à internet de razoável qualidade, pedir que os docentes (que estão todos à disposição da instituição em seus tempos contratados) que sigam o horário de aula antes determinado, e os alunos acompanhem seus comandos e indicações, imaginando ser possível reproduzir, na casa de cada um, o ambiente coletivo da sala de aula.

Há raras pesquisas sobre EAD para a Educação Básica. Mas mesmo no Ensino Superior, onde se supõe mais autonomia, maior capacidade de concentração e abstração pelos participantes, cursos com predomínio de atividades síncronas e expositivas não têm sido frequentes, e podemos aprender com essa experiência.

A manutenção da atenção dos alunos numa sala de aula de Educação Básica, presencialmente, por uma manhã completa, muito dificilmente será reproduzida em um ambiente virtual. Durante uma sessão de 50 min ou 1h40min de aula, são múltiplas as interlocuções coletivas, o direcionamento físico do professor a um ou a um grupo de alunos, a sugestão de tarefas e exercícios que deverão, necessariamente, serem supervisionados para que sejam efetivos para a maioria, a requisição da atenção do grupo quando um ou vários começam a se dispersar... Uma gestão que visa garantir a aprendizagem de todos de maneira equânime.

Feche seus olhos e transponha-se para o ambiente da sala de aula. Agora imagine essa confluência de sons, calores e interações diante de uma tela. E mais, diante de uma tela que emoldura o olhar e limita o movimento, emite luz e radiação intermitentes, por 5 horas seguidas, o que é constantemente contra indicado por inúmeros especialistas da saúde. Por mais que seja função docente oferecer tal interação (o que reiteramos, é mais simples, todavia ineficaz), é quase impossível garantir que todos os estudantes, do outro lado da tela, mantenham o foco e se sintam interessados pelo conhecimento escolar durante todo o tempo. Para se chegar a essa mesma conclusão, basta ter sido aluno em qualquer tempo.

Isso nos aponta para um outro ponto relevante. A ilusão de que todas as ações em EAD serão instigantes, pois fazem uso de recursos tecnológicos e assim serão motivadoras. Serão para uns ou para outros, a depender de seu foco de interesse.

É muito discutido também, e torna-se consenso entre gestores e professores especialistas, que ações em EAD coerentes dependem de um tempo maior de planejamento do que as presenciais, devido à ausência dessa interação coletiva, sobretudo quando da introdução de um curso ou disciplina, merecendo ajustes para adequação do tempo a ser utilizado pelos alunos para o cumprimento das atividades. “ (...) Para confirmar ou fazer ajustes na carga horária que atribuímos inicialmente a um curso, precisamos avaliar esse aspecto após a realização de uma turma piloto ou de um conjunto de turmas” ([TRACTEMBERG, 2020](#)).

Dessa forma, a opção mais coerente é a adoção, paralelamente, de ações síncronas e assíncronas, regulando os tempos de execução pelos estudantes, o tempo de planejamento pelos docentes e promovendo pesquisas que possibilitem as adequações quanto ao uso desse tempo.

Infelizmente não temos esse tempo de testagem e replanejamento. A ação emergencial demanda correção em curso.

Princípios teórico-práticos do EAD e sua transposição para o Currículo da Educação Básica

Caracterizar a EAD em sua essência é fundamental para a compreensão das escolhas didáticas construídas nesse momento que, a despeito dos desafios, se caracteriza como uma oferta emergencial do currículo da Educação Básica no Colégio Magister, no atual contexto de distanciamento social.

Segundo [Daniel Mill \(2015\)](#), os estudantes são os principais responsáveis por sua aprendizagem na modalidade a distância. Complementa, ainda, alguns outros princípios a serem considerados quando se escolhe tal modalidade de ensino: “autonomia do estudante, mobilidade, redundância, estilos de aprendizagem, objetos de aprendizagem, repositórios, unidades de aprendizagem, individualização, transversalidade curricular, produção de materiais/conteúdos just-in-time ou dinamicidade dos conteúdos”.

Muitos desses princípios são factíveis para a integração ao ensino remoto na Educação Básica. Entretanto, certamente não consideramos a viabilidade de todos eles. A depender da faixa etária do estudante, especificamente os da pré-escola e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a responsabilização exclusiva do estudante pela aprendizagem não deve ser aplicada, visto a pouca “autonomia” dos alunos. Tratemos deste princípio.

Na medida em que se escala às séries finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, tal prática vai sendo mais solicitada, bem como na educação presencial, por meio da mediação docente, pois a autonomia é uma conquista. Por essa razão as estratégias EAD devem reservar espaço para a interação instrutiva, mas também educacional, com escuta ativa e convite à participação dos estudantes.

A natureza do currículo escolar básico, apesar das constantes evoluções (principalmente as fomentadas pela BNCC), ainda inibe a “transversalidade disciplinar”. A adoção de um currículo único para um determinado grupo ou série igualmente inibe sua “individualização” (quando o aluno escolhe seu currículo), afastando tal princípio da Educação Básica

Entre os demais princípios, alguns se farão presentes e serão detalhados na próxima seção deste texto, talvez aquela que mais interesse ao leitor, visto sintetizar e justificar as escolhas praticadas institucionalmente. Serão eles os da “redundância”, os “estilos de aprendizagem” e a “circularidade” das informações.

Mas antes, duas ressalvas determinantes. Os autores especialistas em EAD analisam um contexto onde não há uma relação pessoal prévia entre estudantes e docentes, o que não se aplica ao nosso contexto. Em nosso caso existem relações estabelecidas entre alunos e professores, entre pais e professores, entre famílias e escola. Dessa forma, diferente da EAD, em nosso contexto foi necessário o cuidado para a manutenção dessa pessoalidade, compreendendo que isso traria não só muitas vantagens para as aprendizagens, mas também a manutenção ou a permanência tanto de vínculos como de histórias pregressas, características das relações educacionais.

A segunda ressalva se faz quanto à natureza dos currículos. Recomenda-se que cursos em EAD tenham poucas disciplinas simultaneamente e sejam ministrados por períodos de tempo curto. É como se ao invés de estudar todas as matérias em todos os trimestres letivos, os alunos estudassem apenas Português no 1º trimestre, depois só Matemática no 2º trimestre e apenas Ciências no último. Isso é posto pois pesquisas demonstram que a intensidade e demanda de tempo para a EAD são maiores que as presenciais e “dar conta” com qualidade de muitas disciplinas gera uma sobrecarga contraproducente, pois deveria ser mantido um considerável esforço por longo período de tempo.

Como no contexto da Educação Básica o currículo já contém um número determinado de disciplinas, escrituradas junto à Secretaria de Educação, a serem ministradas em 200 dias letivos e com carga horária mínima de 800 horas no ano, reorganizar o currículo priorizando disciplinas a cada tempo não é possível. Dessa forma, a busca da qualidade determina, sim, que haja muita preocupação com a dosagem dos remédios educacionais diante da emergência posta a todos.

Com isso, fica claro que a simples tentativa de transposição dos tempos e práticas presenciais por meio de “lives”, com o único fim de se cumprir um contrato temporal prévio, não pressupõe qualidade na aprendizagem pelos alunos nem mais quantidade de trabalho aos docentes, também contratados. Ao contrário, essa transposição direta tende a afastar o aluno da aprendizagem em razão da fadiga à exposição e, com isso, ao isolamento social ainda mais penoso. É necessário diversificar práticas e promover a integração de momentos

síncronos (ao vivo) e assíncronos (atividades prévias), em doses possíveis para que os alunos mantenham-se conectados ao currículo.

Acompanhando as discussões que se impõem às escolas de diversos cantos do mundo, tem sido um desafio, em pleno curso, transformar uma experiência concebida secularmente para ser presencial para uma nova experiência cem por cento remota. A alternativa é a apropriação de princípios relevantes da EAD e a transposição de algumas características necessárias do Ensino presencial, ainda que remotamente, buscando a maior eficácia possível e a manutenção de aprendizagens significativas para a conquista dos objetivos previamente traçados.

O modelo praticado pelo Colégio Magister

Diante do desafio em curso, o qual vivemos intensamente nas últimas semanas, e dos posicionamentos de pais e alunos, é tanto necessário como respeitoso compartilhamos o conhecimento que conquistamos até este momento, bem como nosso plano de continuidade, com clareza e todo o embasamento possível, na condição de educadores e condutores deste processo.

Nossas escolhas estão pautadas por alguns dos princípios da EAD e pela permanência de princípios da Educação Presencial, de forma integrada. Por essa razão, numa análise mais técnica, nossa proposta de ação remota não deve ser conceituada como uma ou outra. Sendo esse atual desafio educacional de escala mundial, e tendo sido enfrentado algumas semanas antes por outros sistemas de ensino, como o norte-americano, podemos aprender com eles.

A.J. Juliani, importante autor e consultor internacional em inovação educacional, em artigo recente, após reconhecer que as práticas presenciais não são replicáveis apontou que “o que estamos fazendo agora tem componentes de aprendizado on-line. Definitivamente, é à distância. Ele se baseia no uso de ferramentas e recursos virtuais de aprendizagem. Mas, não é o mesmo que o aprendizado on-line como o conhecemos. Podemos aprender com as pessoas que ensinam online e a distância, mas mesmo suas experiências não podem realmente fornecer um roteiro para o aprendizado remoto de emergência.” (Tradução livre - [Link para o artigo](#))

Precisamos reconhecer que professores, gestores, alunos e pais não estavam preparados para uma nova dinâmica educacional na Educação Básica de maneira remota. Nem tampouco escolheram adentrar a esse universo. Por isso nenhum de nós, nem mesmo os profissionais de EAD habituados ao exercício nas universidades, deve se comportar como especialista. Supor a possibilidade de transposição direta do modelo presencial para o modelo remoto, pelas características antes expostas, não traz eficácia, pois “a gestão do conhecimento pelo professor para uma aprendizagem efetiva exigirá saberes e estratégias pedagógicas distintas daquelas desenvolvidas e aplicadas pelos docentes da educação presencial” (OLIVEIRA et al., 2014, p. 72).

A citada transposição direta do tempo correspondente ao presencial para atividades remotas, possivelmente faria com que o tempo de concentração dos alunos fosse ultrapassado sem a eficácia esperada na aprendizagem. Somando-se a isso o volume de tarefas derivadas das ações síncronas, necessárias a sua melhor compreensão, em muito ultrapassaria o tempo dos estudantes destinado a atividades escolares, causando desgaste, ansiedade e uma sensação de fracasso, o que ainda poderia ser potencializado pela condição de distanciamento imposta. Há também uma questão legal administrativa a qual voltarei ao final do tópico.

Construímos nossa ação educacional emergencial (que chamamos genericamente de EAD) com a consciência de que é potente, apesar de sazonal. Sem aceitarmos a “agilidade” na tomada de decisões que foi atribuída aos educadores (apesar de estarmos felizes com esse elogio), estudamos possibilidades desde que o distanciamento social se desenhou no cenário internacional, apropriando-nos do tema. Desenhamos ações pautadas por três características da EAD e pela preservação de elementos educacionais presenciais, buscando uma lógica didática. São esses princípios e elementos: a redundância, a circularidade, os estilos de aprendizagem e a interpessoalidade.

A bibliografia específica da Educação Remota, muito extensa apesar de não permear o ambiente escolar e a formação docente para a Educação Básica, aponta que “durante sua formação, os estudantes são os principais responsáveis pela construção do conhecimento. Todavia, nesse processo, são alvo de uma ação docente, que os acompanha durante o estudo dos materiais didático-pedagógicos. Esses materiais são geralmente organizados em múltiplas mídias (...) numa perspectiva de redundância - isto é, um mesmo conteúdo pode e deve ser organizado em duas ou mais mídias para atender aos diferentes estilos de aprendizagem dos estudantes” (Mill, 2015b).

O trecho em destaque promove a integração entre os princípios da redundância e dos estilos de aprendizagem. Supor que todos os estudantes aprendem da mesma maneira, ainda mais sem a percepção presencial do professor para intervenção imediata, é um limitador das aprendizagens. Dessa forma, diversificar o meio de oferta e a recomendação de interação entre diferentes meios, material didático; vídeo apresentações; leituras complementares, faz-se uma prerrogativa.

Essas ações devem ser arrematadas de forma circular, ou seja, buscando sempre que possível, em uma delas, a referência às demais. É como se o professor, no caso presencial dissesse: “olha, preste atenção nesse conceito porque ele vai ser importante para a tarefa de casa”. Nesse momento um dos alunos certamente perguntaria: “mas que conceito, explica novamente?”. Como essa naturalidade da relação presencial é limitada pelos meios digitais, esse mesmo conceito deve estar presente, na abordagem remota, no material didático recomendado para a leitura, numa vídeo aula, num site. Todos à disposição do aluno que, por meios diferentes, teria a condição de melhor apreender tal conceito.

Sua apreensão pode ser percebida na realização de tarefas e exercícios. Diante de prováveis dificuldades na realização dessas tarefas, o alunos tem a opção de retomar os materiais didáticos. Mas é possível que esse movimento (percebam como ele demanda tempo do aluno!) não sane as dificuldades registradas pelo estudante! Ainda mais quando habituados à pessoalidade na relação com seus professores, corretamente valorizada em sua vida de estudante.

É esse o momento da interação síncrona, ou seja, da realização de “lives”. Acompanhando o processo de estudo virtual dos alunos, tanto por meio de indicadores de sucesso nas tarefas, muitas vezes automatizado por ferramentas digitais, quanto do registro das dúvidas nas plataformas de interação, o professor instrumenta as “lives” para as dúvidas frequentes, constrói mapas conceituais ou resoluções de exercícios, dá voz aos alunos para que especifiquem suas dificuldades, enfim, arremata o processo de aprendizagem.

Outras vezes elas se prestam à “explicações”, ou seja, condução de aprendizagens, tanto quando os professores identificam dificuldades estruturais como quando, por experiência, sabem que determinado tema tende a apresentar maior complexidade para sua compreensão.

Essa interação síncrona tem, ainda, a função de manter e resgatar a pessoalidade e a relação de proximidade entre aluno e professor, devendo ser iniciada com a atualização das interações, resgate de situações do cotidiano escolar, feedback das práticas propostas e escuta das expectativas dos estudantes quanto aos módulos de aprendizagem.

Por sua natureza e por sua função no processo e em resguardo do mesmo, confiando em sua eficácia, não faz sentido que o alunos ocupem todo seu período de concentração em lives explicativas, reservando tempo qualificado para que realize suas tarefas e trabalhos. Essa diversificação, da mesma forma que nas aulas presenciais, colabora para a manutenção e o direcionamento da concentração qualificada do estudante durante seu período de estudos.

Durante uma manhã de aulas presenciais, os professores usam parte do tempo para explicações e outra parte para ações interacionais, práticas ativas, trabalhos em grupo exercícios e tarefas. Essas tarefas correspondem, no modelo remoto adotado pelo Colégio Magister, às atividades assíncronas e devem ser realizadas em horário equiparável ao horário escolar.

Haverá trabalhos e tarefas que excederão esse horário, sem dúvida, como as lições de casa, certamente. Mas é necessário que seja reservado tempo para a interação familiar, atividades de lazer e descanso, o que provavelmente seria impossibilitado com a sobrecarga de atividades síncronas. Traria, ainda, com a predominância da estratégia “live”, menor interesse, desmotivação e estresse aos alunos. Ressaltando, conforme citação anterior, a baixa efetividade na aprendizagem registrada em adultos com a prevalência de tal modelo, o que se dirá em crianças e adolescentes?

Tantas palavras se fazem necessárias para pormenorizarmos as escolhas e, ao mesmo tempo, para formarmos toda uma coletividade (professores, alunos, pais e responsáveis), para que conheçam a concepção que adotamos e assim sintam-se amparados pelo saber pedagógico construído para sua execução.

Seja pela percepção de que todo o tempo escolar é ocupado com “explicações”, seja pela ideia de que a ocupação do tempo do estudante e dos profissionais seja menor nas atividades assíncronas, ou ainda a impressão de que a maior exposição à tela e ao professor facilitem a aprendizagem, ou mesmo a suposição de que o extenso currículo escolar possa ser conduzido remotamente no mesmo ritmo que presencialmente, devemos

alertar que as pesquisas sobre o tema, referentes à Educação Superior, apontam o contrário.

Basta uma consulta a um professor conhecido (ou mesmo membro da família), a um aluno engajado, ou lembrar da realização de um curso EAD, para constatar-se que o tempo necessário para o planejamento de atividades e para a execução de tarefas é relativamente maior. Aliando-se isso ao fato de que o emprego de tal modalidade é uma imposição das circunstâncias e não uma opção voluntária, além do ineditismo aos alunos e docentes, pautar as escolhas por princípios científicos é mais prudente que qualquer improviso ou a busca da simples transposição do modelo presencial.

Por isso concentraremos esforços em qualificar ainda mais nosso plano de ação sazonal e emergencial, pautado pelas ações práticas de cada campo de experiência para a Educação Infantil, área do conhecimento, disciplina ou segmento, em blocos didáticos com as seguintes sequências de ações:

Apresentação de conteúdo educacional de forma assíncrona

- a) Postagem no ambiente virtual (Google Sala de Aula ou Google Sites, a depender do segmento), em um dos dias de aula relativos à grade de horário escolar, de orientações para a leitura de capítulos, trechos ou páginas do material didático específico da disciplina, de acordo com o planejamento do professor.
- b) Postagem, na mesma data, de vídeo apresentação com explicação dos conceitos fundamentais referentes à sugestão anterior de leitura, aplicando-se o princípio da redundância, circularidade e estilos de aprendizagem. Para as vídeo apresentações, sugere-se a duração máxima de 12 minutos, tempo descrito por pesquisadores como ideal para a manutenção da concentração instrucional em tela. Mais de uma vídeo apresentação pode ser elaborada para um mesmo tema.
- c) Sugestão de links com textos, simulações, jogos *on line* ou outras videoaulas sobre o mesmo objeto de conhecimento.

- d) Realização de exercícios propostos e atividades, conceituais ou lúdicas, a depender do segmento.
- e) Registro no ambiente virtual das dúvidas constituídas no estudo para resposta do professor. É normal ter dúvidas! É sinal de aprendizagem! As dúvidas serão sanadas por meio do ambiente virtual, dentro do horário de trabalho do professor, ou na ação síncrona.

As atividades assíncronas não precisam, necessariamente, ser realizadas no dia ou momento em que forem postadas! Podem ser diluídas na agenda de estudos do aluno, nos períodos mais convenientes. Todavia, devem ser cumpridas antes da realização da etapa síncrona do módulo de aprendizagem (“lives”), lembrando que na interação remota, a fim de que seja significativa a aprendizagem, é ainda mais recomendável que os alunos tenham contato prévio com o conhecimento. Isso potencializa sua compreensão.

Retomada do conteúdo educacional e acesso a dúvidas de forma síncrona

- f) *Lives* - Interações agendadas entre os professores e as turmas, coletivamente, para que sejam trabalhadas as dúvidas, reorientados os conceitos mais importantes, sejam resolvidos exercícios complexos e, acima de tudo, sejam cultivadas a personalidade e as relações humanas neste momento de distanciamento social.

Após as *lives* os professores devem solicitar a realização de novas atividades que sintetizem as aprendizagens esperadas e, para resguardá-las, insistimos que os estudantes, sob supervisão de seus responsáveis, cumpram as sequências didáticas propostas.

Como apontado, apresentamos uma questão legal administrativa que precisa ser considerada. A deliberação 177 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo - CEE, autoriza, durante o período de suspensão das aulas, que as atividades remotas sejam consideradas dias letivos e contabilizem carga horária com a adoção do modelo Semipresencial da EAD. Tal modelo pressupõe que todas as atividades remotas necessitam

de validação presencial, seja por meio de ações didáticas, seja por meio de avaliações registradas, ou ambos, quando do fim do distanciamento social compulsório. Esse apontamento justifica e determina a responsabilidade das instituições com a qualidade das aprendizagens, e não apenas com seu volume.

As questões suscitadas pelo modelo praticado

No curso das últimas três semanas, têm sido intensos e estimulantes os contatos com alunos e responsáveis acerca do modelo proposto, inclusive com o recurso a pesquisas estruturadas e catalogação de mensagens eletrônicas para a construção de indicadores de análise.

Apesar da aparente satisfação com o modelo proposto pela grande maioria dos estudantes e famílias, diferentes considerações são relevantes e consistentes, sendo respeitosamente acolhidas e analisadas, gerando novas intervenções e qualificações ao processo. Usando como recurso analítico o princípio pedagógico da existência de diferentes estilos de aprendizagem, é plenamente esperado que muitos dos apontamentos coletados sejam aparentemente contraditórios: enquanto um grupo aponta sentir-se sobrecarregado com o número de tarefas, outro grupo deseja maior quantidade de conteúdos remotos.

A frequência das atividades síncronas, ou *lives*, é um desses pontos. Tomamos como amostra para nossas análises e, guardando as devidas realidades, generalizamos para os demais segmentos, pesquisa enviada a alunos e famílias de 9º ano e Ensino Médio no último dia 27 de março, principalmente pelo fato de as atividades síncronas terem sido iniciadas antecipadamente com os alunos mais velhos, entre 9º ano e Ensino Médio.

Os indicadores coletados apontavam no sentido de que durante o ciclo de concentração de trabalhos, após a primeira etapa de *lives*, a maioria dos alunos ansiava por mais tempo desvinculado dessas ações síncronas, a fim de que se dedicasse aos tantos trabalhos, vinculados à sua avaliação.

Diante desses indicadores, optamos pela introdução gradual das *lives* nos demais segmentos, evitando que tal desgaste se repetisse.

O maior espaçamento das *lives*, apesar de resguardar maior tempo de ações assíncronas necessárias à aprendizagem no momento em que havia diversos trabalhos e tarefas a serem entregues, foi interpretado por um grupo de estudantes como uma quebra

de ritmo. E mais, foi interpretada por algumas famílias como uma diminuição do serviço contratado. Nessa seção do texto, consideramos as questões didáticas desse espaçamento, mas ressaltando que a questão temporal já foi amplamente apontada em seu transcorrer, demonstrando tanto a incomparabilidade entre as modalidades presencial e EAD, quanto a tendência a um uso maior de tempo discente e docente, ainda que em ações assíncronas, na EAD, modalidade que pauta nossa ação remota emergencial.

Com isso, consideramos que as adaptações a esse novo contexto e a maior instrumentação dos estudantes, sobretudo aqueles menos experientes nos ambientes digitais de aprendizagem ou que requeiram apoio e supervisão dos responsáveis possibilitam, diante da introdução de novas atividades síncronas, uma maior diversidade de atividades, tanto *on-line* quanto *off-line*, que se complementam cuidando do interesse do estudante, da factibilidade de sua realização no tempo escolar e, assim, de sua maior eficácia.

Finalmente...

Esse pequeno ensaio nasceu pretensioso. Seja na razão de pressupor a paciência de seus leitores, seja na importância que o momento requer, ou ainda da intenção de atingir diferentes leitores: alunos do Colégio Magister, que vivem esse caminho; responsáveis por esses alunos, a quem, assim como nossos alunos, respeitosamente devemos expor nossas bases educacionais; aos educadores do Magister, de todos os segmentos, que imersos nesse intenso cotidiano, merecem a consciência do quanto realizam e da complexidade de seu desafio; e ainda a todos os outros alunos, pais, educadores e gestores educacionais de diferentes contextos, com os quais esperamos contribuir com a sugestão deste modelo em suas escolhas e reflexões.

Acreditamos que Educação se constrói fundamentalmente em redes colaborativas, nas críticas argumentadas e no compartilhamento de práticas. Dessa forma, além do retorno de seus primeiros destinatários, estamos à disposição de todos para que continuemos aprendendo juntos.

Muitos têm-se feito a pergunta se haverá prejuízos educacionais ou de aprendizagens neste ano letivo de 2020. Se considerarmos o capital pedagógico cristalizado a que estamos habituados, certamente haverá. Todavia, o momento é oportuno para a conquista de habilidades socioemocionais, descritas nas competências gerais BNCC

(especificamente as [competências 5 e 10](#)) e pautadas na “utilização de tecnologias digitais da informação de forma crítica e significativa”, “abertura ao novo”, “autogestão”, “persistência” e “resiliência emocional”.

Nesse momento único e inédito surgem práticas e aprendizagens únicas que são construídas nesse determinado espaço-tempo e que apenas nós e nossos alunos teremos, preparando-nos para as transformações sociais, apesar de sua imprevisibilidade, bem como para as novas dinâmicas culturais com as quais conviveremos após a Pandemia.

Não se trata de estruturarmos a adoção de meios digitais remotos em substituição à educação escolar presencial. Ao contrário, concordamos com Antônio Nóvoa, que tem ressaltado em suas recentes conferências a importância do mundo todo ofertar conteúdos em formato digital para manter as crianças aprendendo, mas exclusivamente para esse momento emergencial. Militamos para que a sociedade não se renda a interesses econômicos de empresas produtoras de conteúdos ou plataformas digitais que limitem a experiência sócio-histórica-cultural que é a escolarização básica a uma experiência EAD. Dessa forma, mesmo em caráter emergencial, é fundamental que os professores considerem sua vivência afetiva junto aos alunos na condução das atividades remotas.

Em dado momento do texto foi feita uma referência tacanha entre alopatia e homeopatia. O restante do texto apresenta uma estratégia de tratamento que pode e deve associar a qualidades de ambas as modalidades e quem sabe, com perdão do trocadilho contextual, uma das possíveis curas. Confiemos na ciência!

REFERÊNCIAS:

BRASIL, MEC - Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Versão final, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acesso em 05 abr 2020.

JULIANNI, A.J. This is not online or distance learning. Disponível em <http://ajjuliani.com/this-is-not-online-or-distance-learning/> acesso em 03 abr 2020.

MILL, Daniel. Gestão estratégica de sistemas de Educação a Distância no Brasil e em Portugal: A propósito da flexibilidade educacional. IN Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 407-426, abr.-jun., 2015 - Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00407.pdf> Acesso em 03 abr 2020.

MILL, Daniel. Docência Virtual: uma visão crítica. Campinas: Papirus, 2015.

MORAES, Fabrício & RIBEIRO, Mari Cândida. A presencialidade do professor virtual sob olhar dos princípios da docência transdisciplinar. Disponível em http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38505-28032016-232438.pdf Acesso em 03 abr 2020

OLIVEIRA, M.R.; MILL, D.; RIBEIRO, L.R. A gestão da sala de aula virtual e os novos saberes para a docência na modalidade de educação a distância. In: MILL, D.; RIBEIRO, L.R.; OLIVEIRA, M.R. (Org.). Polidocência na Educação a Distância: múltiplos enfoques. São Carlos: EdUFSCar, p.59-73, 2014.

TRACTEMBERG, Régis. Carga horária de cursos on-line: como calcular? Disponível em <https://www.livredocencia.com/home/carga-horaria-de-cursos-online/> Acesso em 05 abr 2020.